



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

GESTÃO PÚBLICA POR RESULTADOS – GPR

RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL – RDS 2010

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS

Fortaleza, março de 2011



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

GOVERNADOR
Cid Ferreira Gomes

VICE-GOVERNADOR
Domingos Gomes de Aguiar Filho

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho

SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS
Evandro Sá Barreto Leitão

COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO
Fátima Coelho Benevides Falcão

ELABORAÇÃO

COORDENAÇÃO TÉCNICA SETORIAL
Sebastião Araújo
Sandra Morais Leopoldino

EQUIPE TÉCNICA DE GPR/SEPLAG
Annuzia Maria Pontes Moreira Gosson
Daniele Passos de Lima Albuquerque
Maria Neuman Ribeiro Moreira
Sandra Maria Braga – Colaboração Técnica

SUMÁRIO

I. ANÁLISE DOS RESULTADOS SETORIAIS

1. RESULTADO SETORIAL: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO COM GARANTIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 1

1.2. Relação Produto-Resultado

1.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

1.2.2. Influência Produto-Resultado

2. RESULTADO SETORIAL: POPULAÇÃO BENEFICIADA COM AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

2.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 2

2.2. Relação Produto-Resultado

2.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

2.2.2. Influência Produto-Resultado

3. RESULTADO SETORIAL: GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

3.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 3

3.2. Relação Produto-Resultado

3.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

3.2.2. Influência Produto-Resultado

II. CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA

III. LIÇÕES APRENDIDAS

RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL – RDS
Janeiro a Dezembro de 2010

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS

I. ANÁLISE DOS RESULTADOS SETORIAIS

Resultados Setoriais / Indicadores	Ano Base 2006	2007	2008	2009	2010	Var. (%) 2010/2006
STDS						
1. População em situação de vulnerabilidade e risco com garantia de Assistência Social						
Percentual de famílias com renda ampliada e acesso à Assistência Social	96,6	96,5	94,1	95,1	101,4	4,97
Nº de pessoas em Situação de Risco com Direitos Sociais Garantidos	57.411	57.725	64.327	72.370	72.143	25,66
Nº de crianças, adolescentes e jovens com oportunidade de inserção social (1)	118.881	117.425	122.551	130.051	143.551	20,75
2. População beneficiada com ações de Segurança Alimentar e Nutricional						
Nº de pessoas beneficiadas com ações de segurança alimentar e nutricional	409.023	496.764	415.328	430.685	363.821	-11,05%
3. Geração de Oportunidades de trabalho, emprego e renda						
Nº de peças artesanais comercializadas	110.011	70.988	80.500	90.361	92.500	-15,92
Nº de ocupações geradas/mantidas com empreendimentos artesanais e da economia solidária apoiados	15.253	10.295	16.894	19.957	30.052	97,02
Nº de ocupações geradas/mantidas com empreendimentos econômicos apoiados	8.427	9.957	11.544	13.365	19.577	132,31
% de trabalhadores desempregados inseridos no mercado de trabalho pelo SPETR (2)	27,8	24,9	23,0	23,5	20,9	-24,82

(1) Em 2006 não houve implantação do PROARES II. O mesmo se encontrava em fase de negociação de contrato. O PROARES I finalizou suas ações atendendo um total de 118.881 crianças e adolescentes; Em 2007 e 2008 considerou-se o atendimento de crianças e adolescentes somente nas unidades da STDS já implantadas, uma vez que as Obras do PROARES II encontram-se em fase de construção.

(2) SPETR – Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

1. RESULTADO SETORIAL: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO COM GARANTIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

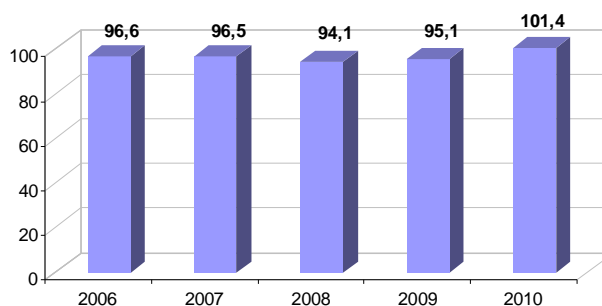
1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 1

1.1.1. Percentual de famílias com renda ampliada e acesso à Assistência Social

A ampliação da cobertura do Programa Bolsa Família no Ceará pelo Governo Federal, registrou um aumento de 15,8%, em termos de benefício de transferência de renda a famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. Em 2006 foram atendidas 880.385 famílias, contra 1.019.600 em 2010. Em termos percentuais, em 2006 foram atendidas 96,6 % das famílias do CadÚnico com perfil para receber a bolsa e, em 2010, esse percentual atinge 101,4%, resultando num crescimento de 4,97% no percentual de famílias com renda ampliada e acesso à assistência social no período analisado. O acesso à Assistência Social pode-se constatar, através do monitoramento dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, em 2010, quando foram identificados 349 CRAS, enquanto em 2007 (*) registrou-se 247, observando-se assim, um aumento de 41,3% neste indicador de produto. Vale ressaltar que o CRAS é a unidade de referência de atendimento às famílias em seu município, orientando na perspectiva da garantia de seus direitos socioassistenciais, estando presente nos 184 municípios do Estado, constituindo-se, portanto, a “porta de entrada” para o acesso a assistência social.

(*) Em 2006 ainda não havia CRAS.

Percentual de famílias com renda ampliada e acesso à Assistência Social



1.1.2. Número de pessoas em situação de risco com direitos sociais garantidos

Observa-se um aumento crescente nesse indicador. Um dos fatores a considerar foi a ampliação do Programa Erradicação do Trabalho Infantil que em 2006 atendia 25.671 crianças e adolescentes em 133 municípios, passando, em 2010, a cobrir 153 municípios atendendo 31.311 crianças e adolescentes. Além disto, a implantação dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS em 56 municípios do estado – equipamento de referência da Proteção Social Especial (porta de entrada para as pessoas vítimas de violência), substituindo o que havia em 2006, quando contava-se apenas com 14 SOS Criança, implantados pelo PROARES e 44 Projetos Sentinela do Governo Federal, também voltado só para criança e adolescente. Outro ponto a considerar, é a implantação do CREAS Regional que atende não só crianças e adolescentes, mas todas as pessoas vítimas de

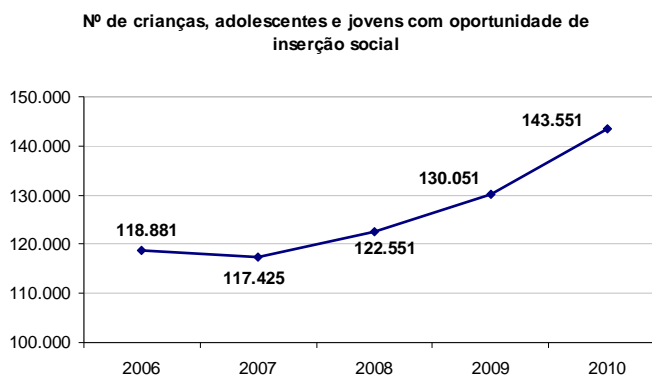
violência, no complexo onde funcionava o Núcleo de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes; bem como a implantação em 2009 do Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa, que possibilita o atendimento a pessoas idosas vítimas de violência.

Todas essas ações resultaram num crescimento de 25,66% do indicador no período 2006-2010.



1.1.3. Número de crianças, adolescentes e jovens com oportunidade de inserção social

Este indicador é resultado do somatório do atendimento do Proares I e II, apresentando crescimento de 20,75% no período 2006-2010. O PROARES I foi concluído com 219 equipamentos sociais construídos/equipados atendendo 118.881 crianças e adolescentes. Nos anos 2007 e 2008, o PROARES II esteve em fase de negociação e definição dos municípios. As ações desenvolvidas pelo PROARES vem contribuindo de forma considerável para a melhoria das condições de vida de crianças, adolescentes e jovens e suas famílias, em situação de vulnerabilidade e risco social, uma vez que são voltadas para a construção e fortalecimento de equipamentos sociais em 63 municípios que visam a inserção social de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias.



1.2. Relação Produto-Resultado

1.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

Proteção Social Básica (022) – Os três produtos integrantes do programa, que contribuem para o resultado setorial 1, estão relacionados às ações de proteção social a crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social e aquelas vinculadas à gestão estadual do Bolsa Família. Esses três produtos apresentaram desempenhos positivos em termos de cumprimento de metas no ano de 2010, conforme detalhamento a seguir:

Para análise de desempenho dos produtos em relação ao cumprimento de metas foi utilizada a seguinte regra: Desempenho Positivo: para realização de 70% ou mais da meta estabelecida; Desempenho neutro: situações onde o realizado se situa no intervalo de 50% a 70% do programado; Desempenho negativo: quando o realizado atingir menos de 50% da meta.

“Bolsa concedida” (Meta: 900.000; Realizado: 1.019.600), alcançou 113,29% de realização da meta para o ano de 2010, constituindo-se num desempenho positivo para o período. Esse resultado representou o acréscimo de 15,81% no número de famílias beneficiárias;

“Município beneficiado” (Meta: 67; Realizado: 67), que alcançou 100,00% de realização da meta, resultando em desempenho positivo. Não houve recursos financeiros para ampliação do número de municípios;

O outro produto, “Centro de Referência da Assistência Social - CRAS fortalecido”, vinculado ao Programa 022 e que contribui para o resultado setorial 1, é aferido a partir de dois indicadores, cujos desempenhos são apresentados abaixo:

“Número de Centros de Referência da Assistência Social - CRAS monitorado” (Meta: 249; Realizado: 348), alcançou 139,76% de realização da meta, resultando em desempenho positivo para o período analisado. No monitoramento de 2010 foram identificados 348 CRAS, dos quais, 110 são co-financiados pelo Estado;

“Número de municípios com Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF co-financiado” (Meta: 103; Realizado: 103), que alcançou 100,00% de realização da meta, resultando em desempenho positivo. Não houve recursos financeiros para ampliação do número de municípios, o que significa que esse produto precisa ser priorizado, considerando que a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS precisam ser implementados e fortalecidos em 100% dos Municípios;

Proteção Social Especial (713) – Os quatro produtos integrantes do programa, que contribuem para o resultado setorial 1, estão relacionados às ações de implantação e reestruturação das unidades, de articulação e fortalecimento das ações junto a criança e adolescente para erradicação do trabalho infantil, de proteção social especial a pessoas em situação de risco e a adolescentes em conflito com a lei. Esses quatro produtos apresentaram desempenhos positivos em termos de cumprimento de metas no ano de 2010, conforme detalhamento a seguir:

Para análise de desempenho dos produtos em relação ao cumprimento de metas foi utilizada a seguinte regra: Desempenho Positivo: para realização de 70% ou mais da meta estabelecida; Desempenho neutro: situações onde o realizado se situa no intervalo de 50% a 70% do programado; Desempenho negativo: quando o realizado atingir menos de 50% da meta.

“Adolescente em conflito com a lei atendido” (Meta: 2.729; Realizado: 4.109), alcançou 150,57% de realização da meta para o ano de 2010. O significativo aumento no número de adolescentes atendidos que vem ocasionando a superlotação dos centros privativos de liberdade do Estado do Ceará, está relacionado a uma rede complexa de fatores, dentre outros:

- Aumento real da população jovem do Estado;
- Aumento real da violência;
- Implantação do Programa Ronda do Quarteirão;
- 08 anos sem expansão da rede de unidades privativas de liberdade;
- Fragilidade do atendimento em meio aberto para adolescentes em conflito com a lei;
- Ausência de Varas Especializadas da Infância e Juventude no interior do Estado;
- Subutilização das unidades regionalizadas de semiliberdade pelo Poder Judiciário Municipal;
- Fragilidade do atendimento ao adolescente sentenciado com medida socioeducativa em meio aberto, realizada pelos CREAS / Centro de Referência Especializada da Assistência Social;
- Priorização da medida de internação pelos Juízes;
- Fragilidade das famílias no cuidado e proteção de seus filhos;

“Pessoa vítima de violência atendida” (Meta: 22.803; Realizado: 24.388), alcançou 106,95% de realização da meta para o ano de 2010. O excedente em relação à meta se deu, considerando a implantação do CIAPREVI, bem como a divulgação e credibilidade aos serviços ofertados. A sociedade está denunciando;

“Pessoa em situação de risco acolhida e protegida” (Meta: 8.490; Realizado: 15.169), alcançou 178,67% de realização da meta para o ano de 2010. O número de pessoas em situação de risco acolhidas foi superior ao previsto, devido à demanda principalmente oriunda dos municípios. Neste período foram realizadas ações, visando à reintegração familiar;

“Criança e adolescente retirado do trabalho infantil” (Meta: 32.389; Realizado: 31.311), alcançou 96,67% de realização da meta para o ano de 2010. O menor valor realizado em relação à meta não retrata a real situação de atendimento, considerando que a demanda é registrada pelos municípios via CADUNICO e o MDS é o responsável pela atualização cadastral p/ disponibilizar a meta. No entanto, está existindo um descompasso neste processo, resultando uma diferença na meta real de atendimento nos municípios.

Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará PROARES FASE II (003) – Os quatro produtos integrantes do programa, que contribuem para o resultado setorial 1, estão relacionados às ações de implantação de Planos

Participativos Municipais - PPM e do Plano Estratégico do Estado - PPE. Dos quatro produtos, três apresentaram desempenhos positivos em termos de cumprimento de metas no ano de 2010, conforme detalhamento a seguir:

Para análise de desempenho dos produtos em relação ao cumprimento de metas foi utilizada a seguinte regra: Desempenho Positivo: para realização de 70% ou mais da meta estabelecida; Desempenho neutro: situações onde o realizado se situa no intervalo de 50% a 70% do programado; Desempenho negativo: quando o realizado atingir menos de 50% da meta.

“Município beneficiado” (Meta: 63; Realizado: 63), alcançou 100,00% de realização da meta para o ano de 2010, constituindo-se num desempenho positivo para o período. Em 2010 foi elaborado 20 PPMs totalizando 63 Municípios beneficiados p/ PROARES II;

“Unidade de atendimento construída/equipada” (Meta: 50; Realizado: 53), alcançou 106,00% de realização da meta para o ano de 2010, constituindo-se num desempenho positivo para o período. A meta atingida foi de 53 unid. construídas e equipadas em 17 Municípios cearenses. A construção destes equipamentos contribui para o fortalecimento da rede de atendimento social a crianças, adolescentes e jovens;

“Criança, adolescente e jovem atendido” (Meta: 19.050; Realizado: 19.350), alcançou 101,57% de realização da meta para o ano de 2010, constituindo-se num desempenho positivo para o período. As ações desenvolvidas pelo PROARES II em parceria com os Municípios vem contribuindo de forma considerável para a melhoria das condições de vida das crianças, adolescentes e jovens e suas famílias, em situação de vulnerabilidade e risco social;

“Pessoa capacitada” (Meta: 1.200; Realizado: 599), alcançou 49,92% de realização da meta para o ano de 2010, constituindo-se num desempenho negativo para o período. O número de pessoas capacitadas se relacionou a Capacitação de Agentes Públicos e Cidadãos e Capacitação em Participação Cidadã e Controle Social em 43 municípios beneficiados pelo PROARES II. Um dos fatores que dificulta a boa execução desse produto é o fato de que os projetos do Programa PROARES II tem que passar por aprovação do BID e isto, muitas vezes, implica em atraso no desenvolvimento das ações.

1.2.2 Influência de Produtos Sobre o Resultado

O resultado setorial População em situação de vulnerabilidade e risco com garantia de assistência social é aferido por três indicadores, os quais apresentaram evolução positiva entre os anos de 2006 e 2010, indicando a realização da garantia de assistência social para a população em situação de risco.

Para a concretização do resultado setorial 1, foram realizados onze produtos, dos quais dez apresentaram desempenhos positivos em termos de cumprimento de metas no ano de 2010, podendo-se dizer, portanto, que há uma influência positiva dos produtos sobre o resultado, o que, por sua vez, é evidenciado pela evolução positiva dos indicadores que o aferem.

Pode-se dizer que há uma influência direta dos produtos que estão vinculados ao Programa Proteção Social Básica (022) sobre o resultado setorial 1, uma vez que a renda das famílias é ampliada por meio do programa de transferência de renda (Bolsa Família) e o acesso à assistência social tem sido ampliado com o cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF e dos Benefícios Eventuais, ações da Política de Assistência Social. Ao cofinanciar essas ações o Ceará avança na implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e promove o maior acesso das famílias a essa política pública. Em termos financeiros, o Programa Proteção Social Básica (022) apresentou execução orçamentária satisfatória, de 77,51% (considerando satisfatória a execução orçamentária superior a 70%), dos R\$ 44.166.436,64 destinados ao ano de 2010, refletindo a boa realização dos produtos (SIOF/SEPLAG).

No tocante ao atendimento a crianças e adolescentes no âmbito da Proteção Social Especial, houve desempenho positivo de todos os produtos em relação às metas de 2010, contribuindo para uma maior garantia de assistência social a pessoas em situação de vulnerabilidade e risco. Destaca-se que o atendimento realizado envolve o trabalho de resignificação de valores do adolescente que envolve família, escola, trabalho e espiritualidade, dentre outros aspectos. Por outro lado, o elevado número de jovens atendidos também interfere, negativamente, no desenvolvimento da proposta pedagógica institucional, gerando demandas complexas e sistemáticas nos diferentes eixos de atendimento. Vale dizer que, além da influência do aumento acelerado da violência urbana, a influência dos fatores internos/institucionais citados, contribui para o alto índice de reiteração da prática infracional do adolescente já egresso da medida privativa de liberdade, sinalizando os grandes desafios do Estado para o enfrentamento do fenômeno da violência juvenil. Em razão do aumento expressivo registrado, em 2010, referente ao número de jovens atendidos nos centros privativos de liberdade, os recursos financeiros disponibilizados para o trabalho também foram fatores limitadores da ação institucional.

Em termos de inserção social, as ações do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES FASE II (003) tem contribuído de forma positiva para a inclusão e inserção social de crianças, adolescentes e jovens nos Municípios parceiros do Programa. Apesar da boa realização dos produtos vinculados ao PROARES FASE II, em termos financeiros a execução não foi satisfatória, com 17,31% de execução dos R\$ 49.007.408,00 orçados para o ano de 2010 (SIOF/SEPLAG). O referido programa ocorre nos municípios e estes apresentam algumas dificuldades que são recorrentes como, inadimplência, atraso no aporte da contrapartida local, entre outros. A equipe de acompanhamento da UGP (Unidade de Gestão do Programa) tem acompanhando sistematicamente, tanto a construção das obras quanto o funcionamento das unidades inauguradas, neste sentido percebe-se ainda uma fragilidade na gestão local, tanto em nível da execução quanto do monitoramento das ações.

2. RESULTADO SETORIAL: POPULAÇÃO BENEFICIADA COM AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

2.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 2

2.1.1. Número de pessoas beneficiadas com ações de segurança alimentar e nutricional

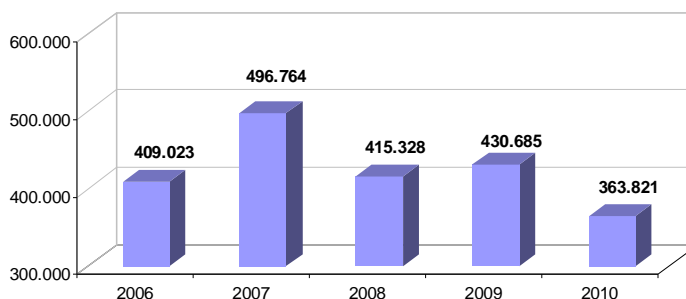
O número de pessoas beneficiadas mediante a execução de projetos na área de produção de alimentos e com capacitações, bem como as refeições ofertadas compõe esse indicador que mensura o resultado setorial População beneficiada com ações de segurança alimentar e nutricional. Entre 2006 e 2010, constata-se uma redução de 11,05% desse indicador, pois enquanto em 2006 foram beneficiadas 409.023 pessoas, em 2010 esse número foi reduzido para 363.821 pessoas.

Essa redução justifica-se, considerando principalmente a redução no número de refeições ofertadas, devido a paralisação do restaurante no mês de julho, período em que a empresa fornecedora das refeições interrompeu o contrato e em que realizava-se o processo licitatório para contratação de uma nova empresa. Ressalta-se a dificuldade para finalização do certame haja vista que poucas empresas no mercado se apresentam com disposição e em condições de cumprir as exigências para esse tipo de serviço que inclui além de preço justo com qualidade, as normas, da vigilância sanitária, relacionadas não apenas à manipulação, mas ao transporte e distribuição das refeições no espaço do restaurante.

Registra-se ainda que a meta para 2010 (1.700 refeições diárias, totalizando 448.800/ano) foi reprogramada, em função dos preços praticados pela empresa que venceu a licitação serem maiores que os programados, e a necessidade de adequar esses valores ao limite financeiro anual para o restaurante. Nesse processo de compatibilizar preço e limite financeiro, foi estabelecida uma nova meta de 1.500 refeições/dia, ou seja, 389.400/ano. A nova meta, no entanto, não foi atingida, tendo em vista o período em que o restaurante paralisou seus serviços, conforme mencionado anteriormente.

Vale ressaltar que o resultado das avaliações realizadas junto aos freqüentadores do restaurante popular, durante o ano de 2010, qualifica de bom a excelente, o nível de satisfação em relação ao serviço, a qualidade e variedade da alimentação e apontam essa alternativa como muito significativa do ponto de vista da economia familiar e do enfrentamento da insegurança alimentar.

Nº de pessoas beneficiadas com ações de segurança alimentar e nutricional



2.2. Relação Produto-Resultado

2.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

Segurança Alimentar e Nutricional (020) – Os três produtos integrantes do programa, que contribuem para o Resultado Setorial 2, estão relacionados às ações de apoio à implementação de restaurantes populares, cozinhas e hortas comunitárias, à capacitação em educação alimentar e nutricional e à implantação de projetos de produção, beneficiamento e distribuição de alimentos. Esses três produtos apresentaram desempenhos positivos em termos de cumprimento de metas no ano de 2010, conforme detalhamento a seguir:

Para análise de desempenho dos produtos em relação ao cumprimento de metas foi utilizada a seguinte regra: Desempenho Positivo: para realização de 70% ou mais da meta estabelecida; Desempenho neutro: situações onde o realizado se situa no intervalo de 50% a 70% do programado; Desempenho negativo: quando o realizado atingir menos de 50% da meta.

“Pessoa beneficiada” (Meta: 600; Realizado: 600), alcançou 100,00% de realização da meta para o ano de 2010, constituindo-se num desempenho positivo para o período. As pessoas beneficiadas referem-se às envolvidas nos seguintes projetos: (i) 200 famílias na ação de produção de alimentos para auto consumo (Projeto Quilombola - em início de implantação); (ii) 120 pessoas (60 em cada projeto) apoiadas por meio de subvenção social, com projetos direcionados a catadores de lixo do Jangurussu e Conj. Palmeiras; (iii) 80 pessoas do município de Tauá, engajadas na ação de produção e comercialização de galinhas caipiras; (iv) 200 pessoas do CADÚNICO/ PBF, envolvidas em projetos de inclusão produtiva (projeto articulado com coord. do trabalho);

“Pessoa capacitada” (Meta: 2.760; Realizado: 4.181), superou a meta prevista em 51,49%, constituindo-se num desempenho positivo no ano de 2010. Dos 05 projetos habilitados, junto à Secretaria Nacional de SAN/MDS, 01 foi concluído, o Projeto Educação Alimentar e Nutricional no Contexto de SAN, atendendo mulheres mães do bolsa família de 11 municípios da região metropolitana. Os outros 04 projetos se encontram em fase implantação, na etapa de realização dos processos licitatórios, e com ações planejadas para 2011. Apesar desses projetos não terem sido executados, a meta de pessoas capacitadas em temas relacionados a SAN foi ultrapassada, atingindo 151,49% a partir do esforço da equipe em potencializar recursos e esforços para realizar outras ações. Dentre as ações destaca-se a realização de seminários, oficinas e ainda a produção, publicação e distribuição de materiais didáticos e técnicos sobre Segurança Alimentar e Nutricional, conforme detalhamento a seguir:

Seminários:

- Sensibilização dos municípios da região metropolitana de Fortaleza, para implantação do Projeto Educação Alimentar Nutricional no Contexto de SAN;
- Visão Alimentar - O Toque da Diferença, promovido em conjunto com Assembléia Legislativa e Associação dos Cegos.

Oficinas:

- Educação Alimentar, Hábitos e Consumo Saudáveis destinada a mães do Bolsa Família dos 11 municípios da RMF;
- Difundindo a Segurança Alimentar e Nutricional, trajetória, conceitos e estruturação com a participação de técnicos e gestores dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS;
- Alinhando informações em SAN, com a participação de conselheiros estaduais do CONSEA-CE e conselhos municipais, com destaque para o exercício do controle social;
- Divulgando SAN nos municípios cearenses – implantação e estruturação do marco regulatório;
- Revendo formação, composição e competências dos conselhos municipais de SAN;
- Noções básicas de alimentação e hábitos saudáveis de consumo direcionados aos comensais do Restaurante Popular Mesa do Povo – Parangaba.

Publicações:

Produção, publicação, distribuição e lançamento junto à sociedade civil, organizações governamentais e não governamentais dos seguintes documentos técnicos:

- Direito Humano à Alimentação Adequada - práticas e estilo de vida saudáveis de consumo transcrição e impressão do documento para o Braille;
- Nossos Saberes, Nosso Sabores e Manual de Orientação para implantação da Política de SAN;
- Vídeo do conceito de SAN.

“Refeição ofertada” (Meta: 448.800; Realizado: 352.028), alcançou 78,44% de realização da meta para o ano de 2010, constituindo-se num desempenho positivo para o período. O Restaurante Popular Mesa do Povo foi mantido com o fornecimento de 352.028 refeições, quantidade abaixo do previsto, e menor que no ano anterior, em função da paralisação do restaurante no mês de julho, período em que a empresa fornecedora das refeições interrompeu o contrato e em que realizava-se o processo licitatório para contratação de uma nova empresa. Ressalta-se a dificuldade para finalização do certame haja vista que poucas empresas no mercado se apresentam com disposição e em condições de cumprir as exigências para esse tipo de serviço, que inclui além de preço justo com qualidade, as normas da vigilância sanitária relacionadas não apenas à manipulação mas ao transporte e distribuição das refeições no espaço do restaurante. Registra-se ainda que a meta para 2010 (1.700 refeições diárias, totalizando 448.800/ano) foi reprogramada, em função dos preços praticados pela empresa que venceu a licitação serem maiores que os programados, e a necessidade de adequar esses valores ao limite financeiro anual para o Restaurante. Nesse processo de compatibilizar preço e limite financeiro, foi estabelecida uma nova meta de 1.500 refeições/dia, ou seja, 389.400/ ano. A nova meta, no entanto, não foi atingida, tendo em vista o período em que o Restaurante paralisou seus serviços, conforme mencionado anteriormente. Os resultados das avaliações realizadas junto aos frequentadores do restaurante popular durante o ano de 2010, qualificam de bom a excelente, o nível de satisfação em relação ao serviço, a qualidade e variedade da alimentação e apontam essa alternativa como muito significativa do ponto de vista da economia familiar e do enfrentamento da insegurança alimentar.

2.2.2. Influência de Produtos Sobre o Resultado

O resultado setorial 2 é aferido por um indicador que apresentou evolução negativa entre os anos de 2006 e 2010, apontando para uma redução na população beneficiada com ações de segurança alimentar e nutricional no período analisado.

Apesar de tal resultado ser influenciado pela realização de três produtos e todos terem apresentado desempenhos positivos em relação às metas de 2010, o resultado setorial 2 não foi impactado positivamente. Essa situação é reflexo, principalmente, do produto "Refeição ofertada" que apesar de ter apresentado uma boa realização em termos de metas, não foi plenamente executado, repercutindo, conseqüentemente, no decréscimo do indicador de resultado entre os anos de 2006 e 2010.

Do ponto de vista da análise da influência produto-resultado deve ser destacado que os produtos selecionados como influenciadores do resultado setorial, compõem o próprio indicador de resultado, havendo, portanto, a necessidade de melhor definição do que sejam produto e indicador de resultado para que atendam à metodologia do modelo de Gestão Pública por Resultados – GPR.

Deve ser ainda destacado que se faz necessário apoio técnico-financeiro, que assegure a execução dos projetos, com destaque para as ações de capacitação, um dos principais eixos de atuação da STDS no âmbito de SAN. Vale ressaltar que os recursos financeiros da STDS, da fonte estadual, destinaram-se na sua quase totalidade, ao financiamento do Restaurante Popular Mesa do Povo de Parangaba.

A Política de SAN, recém promulgada, necessita de ampla difusão junto ao Estado e Municípios, para construção de marcos regulatórios e implementação do sistema de segurança alimentar.

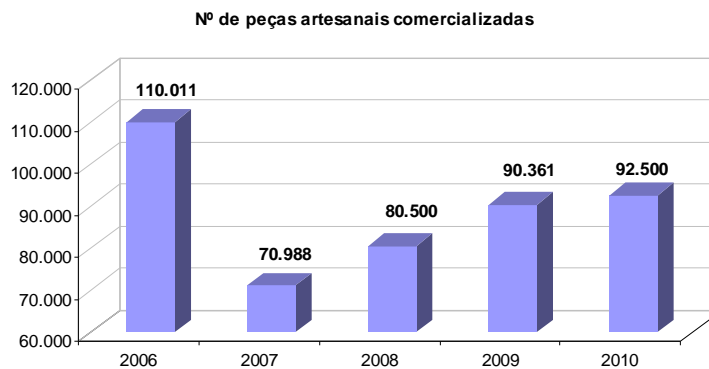
O ano de 2011 deverá basear-se na difusão e socialização de informação, cabendo ao governo Estadual a sanção da LOSAN Estadual, criação da câmara inter secretarias, que deverá coordenar, acompanhar e monitorar as diversas políticas de SAN.

3. RESULTADO SETORIAL: GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

3.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 3

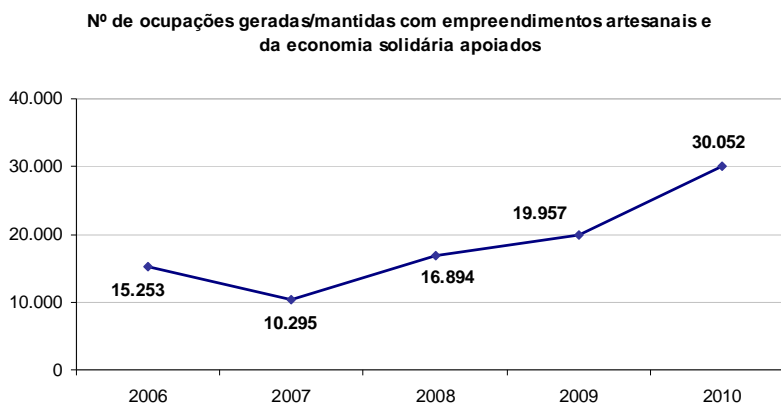
3.1.1. Número de peças artesanais comercializadas

A evolução no aumento do número de peças artesanais comercializadas no período de 2007 até 2009, foi da ordem 13% em função do apoio à produção e comercialização do artesanato junto aos produtores, com destaque para o investimento na Região do Cariri, celeiro do artesanato cearense. Porém o resultado em 2010, comparativamente ao resultado do ano base 2006, demonstra um decréscimo de 15,92%, em função de diversos fatores tais como: as reformas da Praça Luiza Távora e das lojas CEART, a realização anualmente de apenas uma Feira de Artesanato da Ceart - FEIRART e a precária utilização da mídia.



3.1.2. Nº de ocupações geradas/mantidas com empreendimentos artesanais e da economia solidária apoiados

Neste indicador destaca-se o considerável aumento de 97,02% em relação ao resultado do ano base 2006, atingindo 30.052 ocupações geradas/mantidas apoiados. Este indicador reflete o bom desempenho das ações, serviços e projetos do Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato em todo o Ceará, fortalecido principalmente pela abertura do Centro de Artesanato do Cariri neste período. Porém, é importante ressaltar que, a partir de 2009, a Economia Solidária não teve recursos aprovados no MAPP e, conseqüentemente, os empreendimentos solidários não estão representados neste resultado.

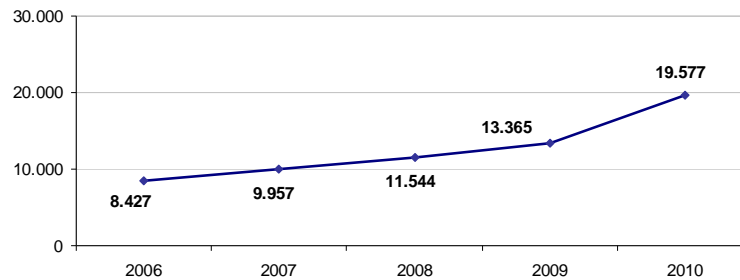


3.1.3. Nº de ocupações geradas/mantidas com empreendimentos econômicos apoiados

Esse indicador diz respeito ao desempenho das Centrais Fácil de Fortaleza e Juazeiro do Norte, as quais atuam diretamente na criação e apoio a micro e pequena empresa por meio de orientação e capacitação para empreendedores e empresários.

Se comparado ao ano base 2006, este indicador teve um surpreendente crescimento de 132,31%, atingindo 19.577 ocupações geradas/mantidas de empreendimentos econômicos em 2010.

Nº de ocupações geradas/mantidas com empreendimentos econômicos apoiados

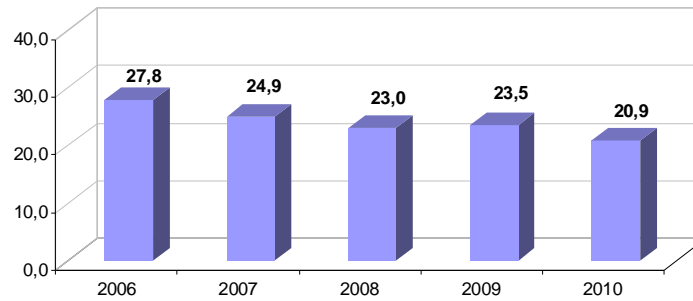


3.1.4. Percentual de trabalhadores desempregados inseridos no mercado de trabalho pelo SPETR

O indicador mede o grau de relevância do sistema de intermediação de profissionais, da rede de unidades de atendimento do SINE/CE, em relação ao total de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho em todo o estado, com base nos dados informados pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/CAGED. O estado do Ceará, por dispor de uma rede de unidades que permite uma razoável cobertura de atendimento nas principais regiões do estado, tem se posicionado em patamares elevados quando comparados com o desempenho de outros estados.

No entanto, desde 2005, o indicador vem decrescendo, passando de 28,99%, em 2005, para 20,4%, em 2010. Esta redução não significa que o papel da intermediação feitas pelas unidades do SINE/CE venha perdendo importância. Tanto é verdade que houve no período 2005-2010 um crescimento de 31% no número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho pelas unidades do SINE/CE, passando de 69.749 colocados para 91.616, respectivamente. Na realidade, a queda no indicador deve-se, entre outros fatores: a) as empresas têm intensificado o uso de outros mecanismos para o preenchimento das vagas abertas; b) as vagas são abertas por empresas que se localizam em todas as regiões do estado, enquanto o SINE/CE-IDT tem unidade de atendimento somente em 31 municípios. Ademais, a estrutura de atendimento de algumas unidades e o quadro de pessoal disponibilizado para as mesmas dão mostras de serem insuficientes para fazerem face ao crescimento do mercado de trabalho verificado nos últimos anos; c) ainda predomina a procura pelo serviço de intermediação do SINE/CE por trabalhadores com mais dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. Trabalhadores com escolaridade superior, ou muito especializados, geralmente tendem a procurar agências especializadas em colocação, uma vez que o perfil dos profissionais cadastrados no banco de dados do SINE/CE não atende às exigências das empresas. Em razão do que as empresas, via de regra, dão preferência ao serviço público de emprego quando se trata do preenchimento de postos de trabalho menos exigentes; d) Parte das vagas abertas pelas empresas se constitui rotatividade normal do seu quadro de pessoal, cujas substituições ocorrem de acordo com processos internos das empresas, não havendo espaço para a interferência do serviço de intermediação de profissionais do SINE/CE; e) em relação a alguns setores, a exemplo da indústria de confecção, não existe, no banco de dados do sistema, trabalhadores cadastrados em número suficiente para atender a demanda das empresas.

% de trabalhadores desempregados inseridos no mercado de trabalho pelo SPETR



3.2. Relação Produto-Resultado

3.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

Desenvolvendo o Empreendedorismo e o Artesanato (066) – Os sete produtos integrantes do programa, que contribuem para o Resultado Setorial 3, estão relacionados às ações de fomento à gestão da produção do artesanato e às de apoio a sua comercialização, de apoio às micro e pequenas empresas e arranjos produtivos, de apoio às microfinanças, da economia solidária, de fomento à comercialização de produtos de empreendimentos formais e informais. Dos sete produtos, dois não apresentaram desempenhos satisfatórios para o período de análise em termos de cumprimento de metas no ano de 2010, conforme detalhamento a seguir:

Para análise de desempenho dos produtos em relação ao cumprimento de metas foi utilizada a seguinte regra: Desempenho Positivo: para realização de 70% ou mais da meta estabelecida; Desempenho neutro: situações onde o realizado se situa no intervalo de 50% a 70% do programado; Desempenho negativo: quando o realizado atingir menos de 50% da meta.

“Pessoa beneficiada (com artesanato e economia solidária)” (Meta: 9.600; Realizado: 18.835), alcançou 196,20% de realização da meta para o ano de 2010, constituindo-se num desempenho positivo para o período. O produto se refere também aos beneficiários do Projeto Economia Solidária que não recebeu aprovação no MAPP, portanto os beneficiários são entidades/grupos produtivos e artesãos. Mesmo assim, o desempenho anual superou a meta estabelecida em 96,20%, demonstrando uma ampliação relevante no público beneficiário;

“Empreendedor capacitado” (Meta: 2.900; Realizado: 2.900), atingiu 100,00% da meta prevista para o ano de 2010, constituindo-se num desempenho positivo para o período. Este produto representa a soma de empreendedores capacitados pela Central Fácil e de empreendedores da economia solidária. Vale ressaltar a necessidade de a setorial definir a incorporação da economia solidária no escopo das políticas coordenadas pela STDS;

“Artesão cadastrado” (Meta: 8.000; Realizado: 4.195), alcançou 52,44% de realização da meta para o ano de 2010, constituindo-se num desempenho neutro para o período. Esse desempenho reflete o cadastramento de artesãos nas 8 macro regiões do Estado, sendo impactado por influências externas, como a sazonalidade da profissão de agricultor rural que muitas vezes se incompatibiliza com a profissão de artesão, como também a sua participação no Programa Bolsa-Família (medo de perda do benefício e da aposentadoria como agricultor rural);

“Evento realizado” (Meta: 95; Realizado: 81), alcançou 85,26% de realização da meta para o ano de 2010, constituindo-se num desempenho positivo para o período. A CEART investiu forte nas ações de comercialização e articulação, se fazendo presente em diversos eventos importantes, como: II Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional / Região do Cariri; IX Bienal Internacional do Livro; Expoinverno; V Salão do Turismo em São Paulo; II Feira de Artesanato – Festa de Santo Antônio em Barbalha; Expocrato (Crato-CE); 40ª FEIRART – feira de artesanato / dragão do mar – Fortaleza/CE. O volume de vendas comercializado foi de R\$ 1.627.694,97 e o número de peças vendidas, de 92.500;

“Artesão capacitado” (Meta: 2.600; Realizado: 7.022), alcançou 270,08% de realização da meta para o ano de 2010, constituindo-se num desempenho positivo para o período. O número de artesãos capacitados diz respeito às ações do Núcleo de Capacitação para o Artesão. A meta segue em execução normal, com todos os projetos em andamento;

“Arranjo Produtivo apoiado em gestão e qualidade” (Meta: 5; Realizado: 5), alcançou 100,00% de realização da meta para o ano de 2010, constituindo-se num desempenho positivo para o período. Durante o ano de 2010, foram atendidos 05 APLs do Estado, através da realização de palestras, cursos, visitas técnicas, assessoramento e acompanhamento em feiras e nas reuniões e discussões de trabalho com o grupo da Rede Estadual de APLs. Os APLs apoiados foram: Móveis em Marco; Cerâmica vermelha em Russas; Queijos em Jaguaribe; Calçados em Juazeiro do Norte; e Confeção em Frecheirinha;

“Instituição de Microfinanças apoiada (funding e investimento)” (Meta: 10; Realizado: 0), sem realização da meta para o ano de 2010, constituindo-se num desempenho negativo para o período. O Projeto Bancos Comunitários no Ceará sofreu algumas alterações no seu calendário de execução em 2010. Em virtude do poder público de alguns municípios pré-selecionados não terem manifestado interesse na implantação do banco, houve a permuta de alguns municípios. O Instituto Palmas realizou visitas e foram selecionados 6 novos municípios para substituição. Todas as providências para ajuste no plano de trabalho, aditivo de prazo do convênio foram tomadas. O novo prazo para conclusão das atividades ficou para julho de 2011. Assim, a meta só será cumprida com a inauguração dos bancos nos municípios no ano de 2011.

Trabalho Competitivo, Alcançando a Empregabilidade (052) – Os cinco produtos integrantes do programa, que contribuem para o Resultado Setorial 3, estão relacionados às ações de execução do Contrato de Gestão SINE/IDT, de operacionalização da rede de unidades do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR/SINE, do

Plano Territorial de Qualificação – PLANTEC/CE e às ações de qualificação social e profissional. Todos os cinco produtos apresentaram desempenhos positivos para o período de análise em termos de cumprimento de metas no ano de 2010, conforme detalhamento a seguir:

“Trabalhador colocado e recolocado no Mercado de Trabalho” (Meta: 78.982; Realizado: 91.616), que alcançou 116,00% da meta estabelecida para o ano de 2010, representando um desempenho positivo para o período. Trata-se do principal resultado do processo de intermediação de profissionais, sendo que ao longo do ano de 2010, a rede de atendimento do SINE/CE colocou cerca de 91.616 trabalhadores, o que se traduz numa média de 7.635 colocados/mês, superando em dezesseis por cento a meta contratual, que era colocar 78.982 trabalhadores;

“Estudo e pesquisa realizados” (Meta: 12; Realizado: 12), que alcançou 100,00% da meta estabelecida para o ano de 2010, representando um desempenho positivo para o período. O produto evoluiu dentro da meta prevista de realizar 12 (doze) Pesquisas Emprego e Desemprego – PED/RMF nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – PMF mensalmente. Com base nos indicadores apurados, foram elaborados 12 Boletins PED/RMF, os quais são disponibilizados à sociedade em geral, por meio do site institucional da STDS e do IDT. Trata-se de uma atividade cuja execução já se encontra bastante sistematizada, embora sua expansão do município de Fortaleza para a Região Metropolitana de Fortaleza – RMF tenha ocorrido somente nos últimos anos. Sua realização decorre da parceria estabelecida entre o Governo do Estado, Ministério do Trabalho e Emprego, a Fundação SEAD e o DIEESE. A pesquisa, de natureza domiciliar, é feita mensalmente de forma a produzir indicadores que permitam conhecer a dinâmica do mercado de trabalho regional, a estrutura ocupacional e os rendimentos do trabalho. Em 2010, foram visitados pela equipe de pesquisadores 28.121 domicílios, que compõem a amostra, situados nos municípios da RMF, com o objetivo de aplicar o instrumento de coleta de informações com os residentes em idade ativa. Os entrevistados responderam perguntas que identificam e dimensionam a situação ocupacional, as condições de desemprego, e perfil socioeconômico da população entrevistada, dentre outros;

“Trabalhador qualificado” (Meta: 11.650; Realizado: 12.029), alcançou 103,25% de realização da meta para o ano de 2010, constituindo-se num desempenho positivo para o período. Meta superada em 3,25%, fato que ocorreu graças ao desempenho do projeto Criando oportunidades, que durante o ano de 2010 conseguiu, através de novas parcerias, atender um público acima da meta programada;

“Jovem qualificado para o mercado de trabalho” (Meta: 14.125; Realizado: 16.950), alcançou 120,00% de realização da meta para o ano de 2010, constituindo-se num desempenho positivo para o período. Desempenho que se justifica pelo desenvolvimento do projeto Projovem Trabalhador/Juventude Cidadã que teve sua meta inicial também ampliada no mesmo percentual, sinalizando assim para o desenvolvimento de uma política integrada de ações de qualificação para a juventude cearense;

“Jovem inserido no mercado de trabalho” (Meta: 4.250; Realizado: 7.028), alcançou 165,36% de realização da meta para o ano de 2010. Esse produto sinaliza positivamente para o resultado alcançado com a qualificação profissional

de jovens e adolescentes no âmbito dos programas destinados a juventude. Esse desempenho, em relação à meta de 2010, demonstra a eficácia dos projetos de qualificação focados na inserção de jovens/adolescentes no mercado de trabalho formal.

3.2.2. Influência de Produtos Sobre o Resultado

O resultado setorial 3 é aferido por quatro indicadores, dos quais dois apresentaram evolução positiva entre os anos de 2006 e 2010.

Os indicadores de resultado que apresentaram evolução negativa entre 2006 e 2010 refletem algumas situações ocorridas no período, tais como:

- No caso da comercialização de peças artesanais: as Reformas da Praça Luiza Távora e das lojas CEART; a realização anualmente de apenas uma Feira de Artesanato da Ceart – FEIRART; a precária utilização da mídia;

- No que se refere ao % de trabalhadores desempregados inseridos no mercado de trabalho pelo Sistema Público de Emprego no Ceará: a) as empresas têm intensificado o uso de outros mecanismos para o preenchimento das vagas abertas; b) as vagas são abertas por empresas que se localizam em todas as regiões do estado, enquanto o SINE/CE-IDT tem unidade de atendimento somente em 31 municípios. Ademais, a estrutura de atendimento de algumas unidades e o quadro de pessoal disponibilizado para as mesmas dão mostras de serem insuficientes para fazerem face ao crescimento do mercado de trabalho verificado nos últimos anos; c) ainda predomina a procura pelo serviço de intermediação do SINE/CE por trabalhadores com mais dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. Trabalhadores com escolaridade superior, ou muito especializados, geralmente tendem a procurar agências especializadas em colocação, uma vez que o perfil dos profissionais cadastrados no banco de dados do SINE/CE não atende às exigências das empresas. Em razão do que as empresas, via de regra, dão preferência ao serviço público de emprego quando se trata do preenchimento de postos de trabalho menos exigentes; d) Parte das vagas abertas pelas empresas se constitui rotatividade normal do seu quadro de pessoal, cujas substituições ocorrem de acordo com processos internos das empresas, não havendo espaço para a interferência do serviço de intermediação de profissionais do SINE/CE; e) em relação a alguns setores, a exemplo da indústria de confecção, não existe, no banco de dados do sistema, trabalhadores cadastrados em número suficiente para atender a demanda das empresas.

Considerando que fatores externos impactam sobre o desempenho do indicador Percentual de trabalhadores desempregados inseridos no mercado de trabalho pelo SPETR, sem contudo, reduzir a importância do papel da intermediação feita pelas unidades do SINE/CE, pode-se dizer que a evolução do conjunto de indicadores que afere o resultado setorial 3, aponta para o aumento da geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda.

Para a concretização do resultado setorial 3, foram realizados doze produtos, dos quais apenas dois apresentaram desempenho negativo em termos de cumprimento de metas no ano de 2010, podendo-se dizer, portanto, que há uma influência positiva dos produtos sobre o resultado.

Dentre os produtos que apresentaram desempenhos positivos impactando numa maior geração de trabalho, emprego e renda no Estado do Ceará, deve ser destacado o “Trabalhador colocado e recolocado no mercado de trabalho”, que foi fortemente influenciado pelo momento favorável pelo qual passa o mercado de trabalho cearense, o qual gerou, segundo os dados do Ministério do Trabalho Emprego – MTE/CIGAE, ao longo de 2010, 448.201 postos de trabalho, sendo que 20,4% (91.616) dos colocados foram intermediados pelas unidades do SINE/CE. Por outro lado, com o mercado de trabalho aquecido, o processo de intermediação se defronta com dificuldade para atender a demanda por profissionais de alguns setores, casos da indústria de confecção e da construção civil, por não dispor no seu banco de dados de profissionais cadastrados, na quantidade e com o perfil demandado pelas empresas. Fato que recomenda ampliar os investimentos na implementação de programas de qualificação de profissional, priorizando a formação de mão-de-obra direcionada a atender a demanda dos setores mais dinâmicos da economia.

Também merecem destaque os produtos vinculados ao setor artesanal que contribuíram para a promoção e o fortalecimento desse setor, aumentando, conseqüentemente, as oportunidades de trabalho, emprego e renda. No ano de 2010, o apoio e beneficiamento de entidades/grupos produtivos e artesãos impactaram na criação e/ou manutenção de ocupações nesta área. A capacitação de artesãos foi fortemente impulsionada pela Inauguração do Núcleo de Capacitação para o artesão. Agregado a isso, a descentralização do Programa de Artesanato para Cariri (Central de Artesanato) representou um avanço na capilaridade da execução da política pública para o setor artesanal, permitindo a incorporação de novos beneficiários. Essas ações de fortalecimento do setor sofrem ainda influências externas, que prejudicam, por exemplo, o cadastramento de artesãos, como o medo da perda de benefícios do Programa Bolsa Família e da aposentadoria como agricultor rural caso realizem tal cadastramento.

Em termos financeiros, pode-se dizer que a boa realização dos produtos vinculados ao resultado setorial 3, reflete o desempenho financeiro dos dois programas vinculados a esse resultado. O Programa Desenvolvendo o Empreendedorismo e o Artesanato (066) apresentou execução de 76,92% do total de R\$ 12.510.354,08 orçados para o ano de 2010. No caso do Programa Trabalho Competitivo, Alcançando a Empregabilidade (052) também houve um desempenho financeiro satisfatório, de 84,47%, dos R\$ 44.456.374,99 orçados para o ano de 2010.

II. CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA

Fatores de Sucesso:

- Ampliação e regionalização da rede de atendimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade;

- Ampliação das parcerias com empresas privadas voltadas à profissionalização e empregabilidade, garantindo direitos trabalhistas aos adolescentes e a inclusão no mercado formal de trabalho;
- Ampliação dos limites orçamentários e financeiros da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social em torno de 80%;
- Reordenamento institucional da STDS para fazer cumprir a legislação que rege a Política de Assistência Social através da transformação das unidades do Projeto ABC em Centros de Inclusão Tecnológica e Social – CITS, coordenados pela área do Trabalho;
- Criação da Coordenadoria de Políticas Públicas LGBTT, em consonância com as diretrizes emanadas da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; com destaque para mobilização em favor: da alteração da lei 14.687/2010, que garante direitos previdenciários a companheiros (as) de servidores (as) estaduais, inclusive os do mesmo sexo; da Publicação da portaria 544/2010 que garante o uso do nome social adotado por travestis e transexuais em todas as unidades ligadas a STDS; Implementação da lei 13.833/2006 que inclui a disciplina de direitos humanos no currículo de formação de policiais civil e militares dando prioridade ao tema orientação sexual;
- Cofinanciamento Estadual de Benefícios Eventuais e serviços do Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF;
- Implantação do Centro de Artesanato do Cariri, com ações de apoio à produção, comercialização, capacitação e transferência de tecnologia para os artesãos do Cariri;
- Construção das unidades de atendimento para adolescentes e jovens conforme os parâmetros preconizados no SINASE;
- Construção de unidades de abrigo e proteção aos idosos e à Pessoa com Deficiência com vistas a garantir e preservar os direitos desses segmentos vulnerabilizados;
- Implementação da Lei Estadual da Micro e Pequena Empresa e do Fórum Regional que congrega essas micro e pequenas empresas;
- Criação de regime especial de isenção para os artesãos cearenses;
- Criação do Sistema de Monitoramento Informatizado nas unidades de Proteção Social Especial;
- Ampliação da rede de equipamentos sociais no Estado financiados com recursos do PROARES – Fase II;
- Atendimento à Pessoa Com Deficiência – PcD e à Pessoa Idosa mediante aprovação de projetos municipais via edital público;
- Difusão e disseminação dos marcos regulatórios estaduais da Política de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, com destaque para a Lei Orgânica de SAN (LOSAN), a qual tramita no executivo estadual, para posterior envio à Assembleia legislativa;
- Elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará, em parceria com o Sistema de Garantia de Direitos – SGD;
- Adaptação infraestrutural do edifício sede da STDS e de outras unidades de atendimento para garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- Implantação da Gráfica Braille instalada no complexo CEART;
- Implantação da Vigilância Socioassistencial, tendo como destaque a elaboração do mapa de risco;
- Ampliação da Pesquisa de Emprego e Desemprego para todos os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF;
- Implantação do Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa – CIAPREVI e do Projeto “Passando a Limpo Beira Mar,” que atuam junto a crianças e adolescentes em situação de rua;
- Implantação do Laboratório de Inclusão Social;
- Implantação do Programa Ceará Acessível;

- Implantação do Projeto de Inclusão Social e Produtiva de Famílias do CadÚnico;
- Integração dos projetos de SAN com as demais políticas setoriais priorizando a inserção de segmentos específicos como: quilombolas e pessoas com deficiência visual/auditiva) e idoso;
- Apoio a Rede de Instituição de Microfinanças com a implantação de Bancos Comunitários em 11 municípios cearenses;
- Aumento da inserção de trabalhadores no mercado de trabalho especialmente das Pessoas com Deficiência.

Fatores de Risco:

- Projetos para o desenvolvimento de ações no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional não aprovados no MAPP;
- Ação de financiamento do microcrédito com recursos insuficientes para a superação da meta atingida em 2006 (ano base);
- Projeto para o desenvolvimento de ações referentes à Economia Solidária não aprovados no MAPP (aprovado somente em 2007);
- Recursos insuficientes para a capacitação de servidores e colaboradores.

Instituições que contribuíram com a STDS:

- Ministério de Desenvolvimento Social – MDS (financiamento);
- Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (financiamento);
- Ministério do Desenvolvimento, Integração e Comércio Exterior – MDIC (representação do Programa do Artesanato Brasileiro);
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH (financiamento);
- Secretaria Estadual da Cultura – SECULT (parceria na execução de convênios/projetos);
- Secretaria Estadual do Turismo – SETUR (parceria na execução de convênios/projetos);
- Secretaria Estadual da Saúde – SESA (parceria na execução de convênios/projetos);
- Secretaria Estadual da Fazenda – SEFAZ (parceria na execução de convênios/projetos);
- Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará – SSPDS/CE (parceria na execução de convênios/projetos);
- Secretaria da Casa Civil (parceria na execução de convênios/projetos);
- Secretaria Estadual das Cidades – SCIDADES (parceria na execução de convênios/projetos);
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário – SEAGRI (parceria na execução de convênios/projetos);
- Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE (parceria na execução de convênios/projetos);
- Conselho Estadual da Assistência Social – CEAS (órgão deliberativo);
- Comissão Intergestores Bipartite – CIB (instância de pactuação);
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA (órgão deliberativo);
- Conselho Estadual do Idoso – CEDI (órgão deliberativo);
- Conselho Estadual da Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA (órgão deliberativo);
- Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS (articulação institucional);

- Prefeituras / Secretarias Municipais de Assistência Social (parceria na execução de convênios/projetos e articulação institucional);
- Instituto do Desenvolvimento do Trabalho – IDT (parceria na execução de convênios/projetos);
- Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE – IEPRO (parceria na execução de convênios/projetos);
- Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (financiamento);
- Instituto Banco Palmas (parceria na execução de convênios/projetos);
- Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC (parceria na execução de convênios/projetos);
- Câmara de Dirigentes Lojistas do Ceará – CDL (parceria na execução de convênios/projetos);
- Sindicato da Indústria da Construção Civil – SINDUSCOM (parceria na execução de convênios/projetos);
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará – SEBRAE (parceria na execução de convênios/projetos);
- Entidade Filantrópica Raimundo Costa Sobrinho (parceria na execução de convênios/projetos);
- Banco do Brasil S/A (parceria na execução de convênios/projetos);
- Universidades federal, estadual e particulares do Ceará (parceria na execução de convênios/projetos);
- Centros Tecnológicos do Estado do Ceará (parceria na execução de convênios/projetos);
- Federação das Associações dos Artesãos do Cariri – FEAAC (parceria na execução de convênios/projetos);
- Sindicato dos Artesãos Autônomos do Estado do Ceará – SIARA (parceria na execução de convênios/projetos);
- Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (articulação institucional);
- Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE (articulação institucional);
- Associação das Primeiras Damas dos Municípios do Ceará – APDMC (articulação institucional);
- Juizado da Infância e Adolescência (articulação institucional);
- Ministério Público (articulação institucional);
- Delegacia da Mulher (articulação institucional);
- Delegacia da Infância e Adolescência (articulação institucional);
- Delegacia de Combate a Exploração Sexual contra Criança e Adolescente (articulação institucional).

III. LIÇÕES APRENDIDAS

- A determinação em fortalecer integração de ações das políticas públicas coordenadas pela STDS, é pressuposto para a otimização de recursos e maior impacto positivo junto às populações beneficiárias;
- Disseminar a prática de planejamento com base em dados concretos de realidade, para o cumprimento da missão institucional da STDS contribuindo para a redução das desigualdades sociais. Nesse sentido a elaboração do mapa de riscos sociais é um importante instrumento, uma vez que aponta as

vulnerabilidades por território/município sinalizando aos gestores públicos a necessidade de intervenções planejadas e monitoradas para a reversão do quadro existente;

- O fortalecimento do monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pela STDS, levando em consideração o planejamento estratégico da STDS – 2009-2010 e o Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual, foi fundamental para os avanços obtidos, especialmente na área da assistência social;

- Os Planos de Melhoria da Gestão da STDS, resultante da Oficina realizada pela SEPLAG (Coordenadora do SESPÚBLICA no CE) parte integrante da implantação do Programa GESPÚBLICA do Governo Federal/Ministério do Planejamento e Orçamento, foi de suma importância para a melhoria dos processos de gestão da setorial.